

## PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

**ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES**

Juíza do Trabalho, supervisora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – 2º Grau do TRT-RS  
cejusc.2grau@trt4.jus.br



O conflito é um fenômeno natural da vida em sociedade. É mera decorrência do fato de pensarmos diferentemente um dos outros, o que, aliás, é saudável. Sempre que, diante de um conflito, tentamos persuadir o outro a tomar uma decisão, tem início uma negociação. Na maior parte das vezes nem percebemos. Quem passa primeiro na porta do elevador? Jantar ou cinema? Quantos dias para entregar o relatório? “Mãe, posso brincar antes de fazer os temas?”

Casos complexos, porém, envolvendo grandes valores, uma ampla gama de conhecimentos técnicos ou, ainda, sentimentos, podem demandar maior tempo e talento para serem resolvidos. O curioso é que, por vezes, conflitos surpreendentemente simples não conseguem ser resolvidos

e chegam ao Judiciário. Há, claro, os que apenas aparentam ser simples. O pedido é singelo, mas oculta uma enorme e intransponível mágoa entre as partes.

*Nos tempos atuais, não se admite mais depender de medidas intuitivas*

O papel do Poder Judiciário, no entanto, passa longe da ideia de simplesmente decidir. A entrega de uma decisão no caso da mágoa, por exemplo, tende a apenas acirrar o verdadeiro conflito. Ciente desse cenário, a Organização das

Nações Unidas incluiu, entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o de número 16: “Paz, justiça e instituições eficazes”.

Ainda que algumas pessoas tenham natural talento para interceder na solução de litígios, a verdade é que nos tempos atuais não se admite mais depender de medidas intuitivas. As técnicas de negociação vêm sendo cientificamente estudadas, para que as mesas de negociações se distanciem dos antigos métodos de barganha. Esse é o caminho da verdadeira solução, que devolve às partes o controle de seus atos e deixa para as sentenças apenas o que é imprescindível julgar.

Assim como ninguém mais aceita em garantia o fio do bigode, também não se pode mais negociar tocando de ouvido.

## DÉFICIT DO ESTADO É MANIPULAÇÃO PRIMÁRIA

**LUIZ FERNANDO MAINARDI**

Líder da bancada do PT na ALRS  
luiz.mainardi@al.rs.gov.br



Em 3 de janeiro, ZH publicou uma matéria sobre as finanças do Rio Grande do Sul. Usou dados oficiais para demonstrar que o Estado vive uma crise fiscal gravíssima, tendo alcançado o segundo maior déficit em toda a história recente.

O esforço das fontes governamentais para sensibilizar as pessoas da penúria estadual seria edificante se os dados fossem verdadeiros. Mas não são. A própria repórter apresenta uma pista da manipulação, mas, infelizmente, não desenvolve o assunto.

Para chegar ao valor de R\$ 3,88 bilhões de déficit, o Executivo considera o valor empenhado para pagar a dívida, que foi de R\$ 3,99 bilhões. Ocorre que este valor não foi desembolsado realmente pelo Estado, mas apenas previsto. Isso porque, como se sabe, há uma decisão do STF que permite ao RS não pagar as parcelas da dívida com a União.

Na realidade, segundo dados da própria Fazenda, o Estado pagou, em 2019, R\$ 820,7 milhões em serviços da dívida. A diferença, como se vê, é de R\$ 3,17 bilhões; ou seja, quase todo o déficit apontado pela fonte oficial.

*Não podemos aceitar a falta de transparência e a enganação como argumento*

Na verdade, na real, na matemática, o déficit do Estado em 2019 foi de R\$ 700 milhões. Vejam que a diferença não é pouca, nem em valores reais, nem em valores simbólicos. Déficits nesta ordem de R\$ 700 milhões foram bem menores do que os alcançados no governo de Tarso Genro, por exemplo

(os números estão na própria matéria), que, mesmo assim, pagou salários em dia, aproximou a remuneração dos professores do valor do piso e ainda fez investimentos muito mais vultosos.

Mas se a realidade não é tão grave assim, porque o governo a pinta com esses tons trágicos? Explico: isso é parte da narrativa da crise, aquilo que pode justificar medidas como as que estão contidas no pacote a ser votado no final de janeiro. Isso também justifica a necessidade de vender empresas públicas, congelar gastos etc., etc.

Nós podemos fazer política com diferentes pontos de vista, com divergências sobre como tratar as finanças, as estatais, o salário dos servidores, mas não podemos aceitar a manipulação dos números, a falta de transparência e a enganação como argumento.

## POBRES À SOMBRA DAS REFORMAS

**ELY JOSÉ DE MATTOS**

Economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS  
ely.mattos@puccrs.br



Em dezembro passado, o governo federal refez as contas dos gastos com a Previdência e concluiu que gastará quase R\$ 4 bilhões a menos, considerando impactos da reforma, inflação menor e as ações de pente-fino, que foram estabelecidas por lei em junho de 2019. Essa lei, aliás, estabelece até bônus de produtividade para servidores que identificarem irregularidades em processos de benefícios.

A parte do pente-fino foi razoavelmente bem-sucedida – espera-se até o final do ano uma redução acumulada de R\$ 5 bilhões só em benefícios que necessitam avaliação médica para serem mantidos. Mas a redução da fila de pedidos não teve o mesmo sucesso. Hoje, cerca de 2 milhões de pedidos pendentes de análise abarrotam as prateleiras do INSS. A nova força-tarefa proposta pelo governo Bolsonaro envolve a contratação de militares da reserva para auxiliar nas análises.

A força-tarefa, na realidade, não passa de um remendo de um governo que ignora a importância do atendimento aos mais pobres. A reforma da Previdência foi aprovada e junto com ela avançou o sucateamento das estruturas do INSS, que limita cada vez mais o atendimento ao cidadão.

A mesma lógica se percebe na assistência social em geral. A agenda social do governo federal é altamente errática, minando inclusive o Bolsa Família, que também tem fila de espera de 700 mil famílias e está constantemente sob risco de ficar sem recursos. O pagamento do 13º só ocorreu, vale lembrar, graças a recursos oriundos da demora nas concessões de benefícios do INSS e também do pente-fino.

O próprio ministro da Cidadania, Osmar Terra, empresta pouca atenção ao Bolsa Família. Para se ter uma ideia, fiz uma análise das postagens do ministro na sua conta no Twitter em 2019: ele usou nove vezes mais a palavra “maconha” do que “bolsa família” nas suas postagens; as expressões “pobre” ou “pobreza” aparecem em pouco mais de 1% dos tuítes do ministro. Pode parecer bobagem, mas dá uma ideia de onde a energia se concentra.

A agenda social do governo federal está em pé de guerra com a agenda fiscal. E preocupa muito o desleixo generalizado com os mais pobres. Com o “time fiscal” sempre no leme, a conta tem caído invariavelmente no colo dos mais pobres, que são os que têm a menor representatividade política. É preciso ter consciência de que é em tempos de crise que a proteção social se faz mais necessária. Ela jamais poderia ser moeda de troca em ajuste fiscal.

*A agenda social do governo federal está em pé de guerra com a agenda fiscal*

Ely José de Mattos escreve às sextas-feiras, a cada 15 dias. Segunda-feira: **Alfredo Fedrizzi**, conselheiro, consultor e jornalista.